

## O MOVIMENTO DE (RE)ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES BAIANOS NA ERA DA GOVERNAMENTALIDADE: ARTICULAÇÕES POLÍTICAS, DISPUTAS E INTERESSES<sup>1</sup>

*João Paulo Lopes dos Santos*  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo:** Este escrito tem como objetivo esboçar uma análise do movimento de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, o qual se fundamenta no DCRB/Currículo Bahia que, por sua vez, defende a conformidade dos currículos às normativas da BNCC. Argumento, por essa razão, que tal Programa, enquanto produto de articulações políticas, é um dos mecanismos de implementação da Base, e por isso me interessa questionar: que sentidos de currículo estão sendo construídos por meio do Programa de (Re)Elaboração de Referenciais Curriculares? Que demandas produzem significação para um currículo baiano? Como possibilidade metodológica, mobilizo a noção de governamentalidade para entender como práticas da racionalidade hodierna – governamentalidade neoliberal – conduzem as condutas, produzem sujeitos e governam populações via políticas públicas, notadamente as educacionais, reivindicadas por agentes públicos e privados. O estudo aponta que tais agentes tentam naturalizar o setor privado como saída para a melhoria educacional através de um currículo economicizado, o qual pretende controlar a imprevisibilidade da diferença e suas diversas formas de existir.

**Palavras-chave:** Currículo. Governamentalidade. Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares.

### PARA INICIAR

O objetivo deste texto é refletir o movimento, em curso, de (re)elaboração do referenciais curriculares no Estado da Bahia através do estudo do Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos.

Argumento que tal Programa é um mecanismo de implementação da BNCC via DCRB/Currículo Bahia por meio de ações formativas que conduzem à elaboração, no contexto da prática, do currículo nos municípios, com definição de estratégia para (re)elaboração dos PPPs em conformidade com a Base.

Nos bastidores desse processo, articulações políticas impregnadas pelo discurso de justiça social são impulsionadas a partir de demandas de setores públicos e privados, organizações empresariais, ONGs, movimentos de educação, etc., os quais se esforçam para hegemonizar sentidos de currículo. Esse empreendimento desvela o processo de

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ.

mercantilização da prática educacional e a universalização das práticas sociais baseadas no mercado, os quais estruturam condições para a governamentalidade neoliberal num movimento que reivindica o *homo economicus* em detrimento do *homo politicus*.

Por essa razão, mobilizo a noção de governamentalidade como possibilidade metodológica e analítica no esforço de compreender como práticas da racionalidade hodierna conduzem as condutas, produzem sujeitos e governam populações. Nessa esteira, me empenho em desenhar a rede de governança, composta por agentes públicos e privados, os quais vêm orientando os rumos das políticas de educação no Brasil.

Assim, me interessa questionar: que sentidos de currículo estão sendo construídos por meio do Programa de (Re)Elaboração de Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos? Que demandas circundam e produzem significação para um currículo baiano?

O estudo aponta que os agentes sociais que compõem as redes de políticas, mediante a retórica de que a educação brasileira está “fracassada”, tentam naturalizar que o setor privado é a saída para a eficiência e melhoria da educação que os municípios precisam para ter êxito nas avaliações nacionais e internacionais. Nessa lógica, o Programa baiano em tela, sustentado por essas redes, se torna instrumento de implementação da BNCC, cuja supõem ser, no imaginário neoliberal, a garantia de qualidade e igualdade por meio de um currículo monolítico. Nesse ínterim, um currículo que atende ao capital e trata o todos como “um”, pretende controlar a imprevisibilidade da diferença e suas diversas formas de existir. Contudo, não consegue evitar que os sentidos que ele quer excluir, emergjam (MACEDO, 2017).

## **GOVERNAMENTALIDADE: A RACIONALIDADE NA PRÁTICA**

Governamentalidade anuncia certo tipo de racionalidade na prática governamental. É uma primeira noção que tem raízes em princípios disciplinares e racionais específicos, quais sejam as problemáticas de conduzir, regular e governar as populações a partir de discursos verdadeiros. A racionalidade, essa configuração do pensamento político, social e econômico, permite definir a forma de governar a partir de uma ideia de Estado, um Estado pré-definido, mas que ao mesmo tempo é um objeto a ser produzido.

Assim, pode-se compreender que as tecnologias empregadas na prática da governamentalidade prescindem da mobilização do poder na esfera política, tanto global quanto local, sobre determinada plataforma ideológica e discursiva. O discurso, por isso, é a

reverberação de uma verdade nascendo diante dos nossos próprios olhos, e “pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle” (FOUCAULT, 1999, p. 66) os quais são operados para governar e produzir subjetividades elaboradas e conduzidas por meio de técnicas racionalizadas.

Nesse sentido, as políticas públicas de educação operam como fabricantes de subjetividades na era do controle e governamentalidade, de modo igual, são performáticas. As políticas de educação, por essa razão, são instrumentos materiais de poder da racionalidade neoliberal, os quais permeiam as questões educacionais e seus protagonistas, bem como os diferentes estratos sociais.

Sob esse ponto de vista, a governamentalidade neoliberal age para conduzir o modo de vida dos sujeitos e das populações com objetivos evidentes de maximização econômica e capitalização humana. É essa a insígnia das políticas públicas de educação em voga – e aqui é possível situar o Movimento de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares na Bahia –, qual seja: a constituição do capital humano, do sujeito competente e habilitado para o trabalho; a construção de um *homo oeconomicus* em desfavor de um *homo politicus*, a produção de subjetividades a partir do princípio de liberdade, autoresponsabilização e autossuficiência.

Essa noção de governamentalidade é profícua para o estudo sobre as políticas educacionais contemporâneas, haja vista que ela possibilita refletir como práticas da racionalidade hodierna conduzem as condutas, produzem sujeitos e governam populações. Dito de outra forma, a governamentalidade contemporânea atua nos bastidores das articulações políticas sobre as políticas públicas de educação, e trabalha para que estas funcionem como ferramentas estratégicas da governamentalidade neoliberal, cuja “opera por meio do isolamento de grupos e indivíduos responsáveis da sua transformação em empreendedores; [...] e da implantação local de normas de conduta.” (BROWN, 2018, p. 17).

Essa governamentalidade produz, portanto, caminhos estratégicos para que determinada racionalidade seja mobilizada no intuito de viabilizar empreendimentos e intervenções na condução das condutas das populações e, de forma individualizada, dos sujeitos.

Um exemplo que permite ilustrar a operacionalidade de práticas distintas no âmbito de uma mesma racionalidade política, nesse caso a racionalidade neoliberal, diz respeito às articulações em torno das políticas públicas de educação que emergiram, e continuam a emergir, em tempos recentes, no cenário educacional brasileiro. Nesse contexto,

localizo o processo político de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC como um dos produtos dessas articulações. O encadeamento de construção e aprovação da Base foi permeado por embates e ações mais consequentes, mediante incursões do movimento Escola Sem Partido - ESP<sup>2</sup> e outros agentes políticos, os quais se esforçaram por interferir nas políticas públicas de educação com o objetivo de regular e conduzir os currículos (MACEDO, 2014).

Estranhamente, demandas conservadoras e o projeto neoliberal de educação se ajustaram em um instante que dificilmente pode ser localizado nitidamente no tempo, a ponto de reduzir a BNCC a um conjunto de conteúdos a ser ensinado, deslocando, “potencialmente, o jogo político na direção do fortalecimento das demandas neoliberais por *accountability*”<sup>3</sup> (MACEDO, 2017, p. 515). Nesse cenário, advogando uma suposta “educação de qualidade”, despontaram agentes sociais privados com o propósito de intervirem nas políticas públicas educacionais com vistas à centralização e controle dos currículos. Segundo Macedo (2014), pode-se citar como exemplo instituições vinculadas a grupos financeiros como Roberto Marinho, Victor Civita, Ayrton Senna e Lemann, empresas como a Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos que desenvolvem atividades educacionais como o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC e a autointitulada organização da sociedade civil “Todos pela Educação”.

Nessa lógica, Macedo (2017) adverte para o fato de que a implantação de uma BNCC é parte do trabalho de uma normatividade neoliberal compreendida como um modo distinto de razão que caracteriza todos os aspectos da existência em termos econômicos. O sujeito é “tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens” (BROWN, 2018, p. 8). Esse controle, no entanto é o que se pode chamar de “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 29).

A governamentalidade, por essa razão, se torna instrumento analítico potente nas pesquisas no campo da educação. O próprio Foucault, segundo Nogueira-Ramírez (2011), fez

---

<sup>2</sup> O movimento Escola Sem Partido - ESP se compreende como uma iniciativa compartilhada entre estudantes e pais inquietos com o nível de propagação político-ideológica das instituições educacionais do Brasil, do ensino básico ao superior. Dessa forma, como afirma o próprio movimento, este foi instituído para expor o suposto e grave problema da instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. Segundo Macedo (2017, p. 509), este é um movimento que chama à atenção para os “princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular”.

<sup>3</sup> O termo *accountability*, baseado na concepção clássica do adjetivo neoliberal, diz respeito à avaliação, prestação de contas e responsabilização. É um modo gerencialista, hierárquico e burocrático que enfatiza imputações negativas e estigmatizantes, consolidando modos antidemocráticos de responsabilização de organizações, instituições e sujeitos (MACEDO, 2017).

uso dessa noção ao longo de suas investigações como possibilidade metodológica, como lentes criadas para trabalhar sobre um problema. Assim, governamentalidade foi conceituada como:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Nesse sentido, as políticas públicas, e aqui situamos as educacionais, são constituídas como mecanismos materiais de poder, as quais mostram um tipo de poder bastante particular e que perpassa pelos processos educacionais e seus atores. Em vista disso, esse poder é identificado como uma espécie de biopoder<sup>4</sup>.

As políticas públicas educacionais e os instrumentos que elas produzem, sejam eles: propostas, projetos, currículos, práticas, materiais didáticos, etc., tornam-se dispositivos biopolíticos, uma forma viável de operar o poder sobre os vivos, cujo objetivo é o assujeitamento dos corpos e o controle das populações através do exercício do biopoder. Trata-se do exercício da governamentalidade que, no novo tempo, funciona como tecnologia do biopoder, cuja missão fundamental é a gerência administrativa da população. Logo, isso produz implicações que alcançam as dimensões macro e micro das políticas, a exemplo do movimento de reelaboração dos currículos baianos.

## **O PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NA BAHIA, A GOVERNANÇA E A PRODUÇÃO DE NOVOS MODOS DE SOCIABILIDADE**

Está em curso no Estado da Bahia o Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares no âmbito dos municípios. O objetivo é realizar ação formativa coletiva para que as escolas baianas possam produzir e validar seu referencial curricular que, sem embargo, precisa atender ao que está disposto na BNCC e no DCRB/Currículo Bahia.

---

<sup>4</sup> Conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana (FOUCAULT, 2008, p. 3).

O DCRB, também conhecido como Currículo Bahia, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação mediante Parecer CEE N° 196/2019 publicado no Diário Oficial do Estado em 14 de agosto do mesmo ano. O documento que, não obstante é uma referência para as redes pública e privada de ensino, tem como propósito garantir os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes do território estadual, em toda a educação básica (BAHIA, 2019a).

O Referencial tem como fundamento as orientações normativas da BNCC, as quais foram reforçadas pela Resolução CEE N° 137, de 17 de dezembro de 2019. Em seu Art. 1° fica evidente que esta Resolução fixa normas de regulamentação da implantação da Base Nacional Comum Curricular para as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, nos sistemas e redes de ensino do Estado da Bahia. E reitera, em seu Art. 2°, que a “BNCC é referência obrigatória para os sistemas de redes de ensino, bem como para as instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, na construção ou revisão dos seus currículos” (BAHIA, 2019b).

O caminho que o DCRB/Currículo Bahia parece pretender construir, tendo como orientação a BNCC, é o que leva à pretenciosa “igualdade” e “qualidade da educação”. Nesse sentido, tais significantes se tornam recursos heurísticos potentes para analisar as articulações políticas e os posicionamentos de agentes públicos e privados nesse processo. Tais pretensões encontram no corpo das políticas públicas de educação a plataforma de sustentação do discurso salvacionista em torno de uma suposta igualdade e qualidade educacional. Mas o que isso significa?

No cerne da democracia moderna, igualdade e qualidade são traduzidas como justiça social. Nesse sentido, Brown (2018) alerta para o fato de que quando a democracia é submetida à economização do Estado, da sociedade e das vidas – movimento peculiar da racionalidade neoliberal hodierna – esses termos, bem como as práticas são metamorfoseados. Em razão dessa ideia, é possível pensar, portanto, que igualdade, qualidade e justiça perdem sua legitimidade política e adquirem outra, econômica.

Nesse sentido, justiça social se torna instrumento balizador para a produção de políticas públicas de educação, supostamente inovadoras, eficazes e legítimas, as quais garantirão a igualdade social e a qualidade educacional. São essas políticas que subsidiam a definição de currículos centrados “no domínio de conteúdos disciplinares universais ou de saberes socialmente organizados” (MACEDO, 2009, p. 95). O currículo aqui, como explicita Ball (2014, p. 65), “é sobre o setor público aprender a enfrentar suas supostas inadequações,

aprender lições advindas dos métodos e dos valores do setor privado e aprender a reformar-se”. Isso significa aprender os ensinamentos inflexíveis orientados pelas disciplinas do mercado, cujas situam “mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores” (BROWN, 2018, p. 9).

Para Ball (2014, p. 65), “na prática, o currículo neoliberal consiste de um conjunto de tecnologias morais que trabalham em, dentro e por meio de instituições do setor público e de trabalhadores”. Tais tecnologias são completamente interligadas, atuam em redes, e podem ser pensadas como formas e meio de governar, estruturando condições para a governamentalidade neoliberal num movimento que reivindica o *homo economicus* em detrimento do *homo politicus*, ou seja, um deslocamento das necessidades dos alunos em direção a uma perspectiva das necessidades institucionais, “inserida em uma lógica paradoxal de disciplina de mercado, a qual sugere que os interesses próprios deste último – o mercado – levarão os benefícios im pessoais dos primeiros – os alunos” (GEWIRTZ; BALL, 2011, p. 196).

Sob esse ponto de vista, é imprescindível compreender as articulações políticas que culminaram no Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares, em curso, nos municípios baianos, sobretudo porque este Programa possui como instrumento orientador o DCRB e a BNCC, sendo este último um documento normatizador, produto de disputas, interesses, demandas e articulações de setores públicos e privados, organizações empresariais, ONGs, movimentos sociais, setores conservadores e reacionários da sociedade, etc., os quais hegemonizaram, pelo menos teoricamente, certo sentido de currículo.

Assim colocado, é imprescindível mapear a rede de produção de sentidos que acaba por subsidiar políticas de currículo para a educação básica nos municípios baianos. Destarte, argumento que o Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares na Bahia é um mecanismo de implementação da BNCC via DCRB/Currículo Bahia por meio de ações formativas que conduzem à elaboração, no contexto da prática, do currículo nos municípios, com definição de estratégia para (re)elaboração dos PPPs em conformidade com a Base.

A tentativa de efetivação da BNCC, através de políticas curriculares potencializadas no imprevisível chão da escola, configura aquilo que Macedo (2017) vai conceber como “parte do funcionamento de uma normatividade neoliberal” que intenta conduzir condutas e “submeter todos os aspectos da existência humana a cálculos de investimento sobre seu valor futuro” (BROWN, 2019, p. 200).

Na análise do Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares, é possível perceber que tal proposta tem suas bases produzidas em outras esferas, em “diferentes parâmetros, por novos atores e organizações” (BALL, 2014, p. 27) os quais configuram redes políticas de governança que, localizam no jogo, aquilo que Ball (2014) vai denominar de mercados de autoridades. No bojo dessas redes são articuladas novas formas de participação e relações no âmbito da matriz de governança, protagonizadas por organizações que, apesar de serem operacionalmente autônomas, são reciprocamente interdependentes.

Nesse sentido, Ball (2014) aponta para o fato de que os limites entre Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando opacas, pois existem novas vozes influenciando o pensamento sobre as políticas com a justificativa de que há certa incapacidade do Estado de orientar seu sistema de ensino.

Nessa lógica, O Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares, mobilizado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação seccional Bahia - UNDIME/BA e seus parceiros, surge como ferramenta de melhoria da educação pública no Estado da Bahia (UNDIME/BAHIA, 2020). Ao afirmar que há a necessidade de melhorar a educação, tal discurso constitui “uma poderosa alternativa de política para o ‘fracasso’ do Estado” (BALL, 2014, p. 34). Conseqüentemente, as políticas curriculares passam a ser alvos preferenciais “de redes de instituições e sujeitos privados e públicos organizados em torno do *slogan* melhoria da qualidade da educação” (SOUZA; MOREIRA, 2020, p. 422).

A suposta crise educacional traduzida como “fracasso” serve como exterior constitutivo de reivindicações como igualdade e qualidade educacional, interpretados como justiça social. Igualdade e qualidade, portanto, são significantes vazios<sup>5</sup> capazes de “sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político” (MACEDO, 2014, p. 1536). Tais disputas, mobilizadas sob a plataforma da melhoria da qualidade da educação, se hegemonomizam produzindo “uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado” (MACEDO, 2014, p. 1538).

Em tempos de austeridade financeira – intensificada pela instituição da nova política fiscal após o golpe de 2016, mediante Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que congelou os gastos sociais por um período de vinte anos, impactando a aplicação de recursos indispensáveis à manutenção da saúde, do social e da educação

---

<sup>5</sup> A categoria significante vazio diz respeito às múltiplas articulações de significados em um discurso comum, sem que nenhum deles se fixe como sentido único. Esses significados articulados, portanto, perdem o sentido inicial em decorrência do excesso de sentidos aglutinados. O significante vazio é a esfera de lutas por identificação com vistas ao seu preenchimento por um conteúdo/sentido particular diferencial (LACLAU, 2011).

pública<sup>6</sup> – parece contraditória defender uma educação de qualidade sem investimentos. Em vista disso, os recursos destinados à educação vêm sofrendo cortes. Em 2019, o orçamento reservado ao MEC foi de R\$118,4 bilhões. Já em 2020, o orçamento foi de R\$108,6 bilhões (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, [on-line]). Ao invés de maximizar os recursos, o que pode ser constatado é sua redução, notadamente, reflexo da supracitada Emenda Constitucional.

A redução de recursos financeiros no orçamento para a educação, ao que tudo indica, acentua a precarização do sistema de ensino público. Isso potencializa esferas de articulações políticas que passam a demandar igualdade e qualidade educacional através da reivindicação do desenvolvimento de “novos tipos de respostas políticas à desvantagem social” (BALL, 2014, p. 43).

Parece ser essa a tarefa da UNDIME/BA quando articula o Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos. Tal agenda possui como parceiros a União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, Universidade Federal da Bahia - UFBA e Fundação Itaú Social. A estratégia é trabalhar a capacitação dos profissionais da educação para construir currículos locais com vistas, ao que tudo indica, à implementação da BNCC com fins de melhoria educacional. Desse modo, a UNDIME seccional Bahia está mobilizando os municípios dos 27 Territórios de Identidade<sup>7</sup> para elaborarem seus referenciais curriculares.

Um aspecto relevante e que muito está relacionado a esse processo é o fato de que a UNDIME<sup>8</sup> colabora, desde o início, com a elaboração e implementação da BNCC. Assim, ela teve papel preponderante, por exemplo, na indicação dos redatores da primeira versão e na

<sup>6</sup> As restrições econômicas estabelecidas pela Emenda Constitucional de 15 de dezembro de 2016 inviabilizaram as metas do Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. O Plano previa que em 2019 o índice de investimento na educação deveria atingir 7% do Produto Interno Bruto – PIB, e em 2024 esse índice deveria atingir a marca de 10%. Com a Emenda limitando os investimentos, além do enfraquecimento do pacto social firmado por ocasião da Constituição de 1988, impossibilita o cumprimento do PNE.

<sup>7</sup> Os territórios de identidade introduzem-se na política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia mediante a Lei Nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, cujo propósito global é o desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais visando à melhoria da qualidade de vida da população. Nesse ínterim, a citada Lei em seu Art. 1º, §1º, compreende território de identidade como “unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituídos por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades e coesão social e territorial [...] (BAHIA, 2014).

<sup>8</sup> Vale ressaltar que a UNIDIME é uma associação sem fins lucrativos que tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social (UNIDIME, 2015).

estruturação dos seminários estaduais de consulta pública da segunda versão. No movimento de implementação, juntamente com o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, a UNDIME publica o Guia de Implementação da BNCC, com orientações para as redes de ensino. E segue atuando com protagonismo no apoio às equipes das secretarias em cada território. Nesse decurso, a UNDIME caminha apoiada por agentes sociais privados que, conforme Macedo (2014), tentam influenciar nas políticas públicas de educação com o objetivo de controlar os currículos.

Fundações vinculadas a grandes conglomerados financeiros como o Itaú Social, Instituto Natura, Gerdau, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Lemman, o qual mantém parceria com diversas universidades americanas com o objetivo de incentivar a produção de conhecimento e evidências sobre e para o Brasil na área da educação; grupos educacionais como o Todos pela Educação, Fundação Victor Civita, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, dentre outros, são canais locais em uma rede internacional de conexões para a transmissão de conhecimento e de informação. Segundo Ball (2014, p. 62) é o “neoliberalismo ‘tamanho único’ - e estão mudando o pensamento de governos nacionais e o comportamento por meio da troca de normas, de ideias e de discursos”. Em outras palavras, essas relações atuam para deslocar a compreensão do público acerca dos problemas sociais no Brasil, incluindo a educação (BALL, 2014).

Nesse sentido, as contribuições de Ball (2014) apontam para uma perspectiva de negócios sobre questões e problemas sociais e educacionais. “Um processo de formas de privatização acobertada que, muitas vezes, passam despercebidas da dinâmica de definição e execução da política educacional” (PEREIRA, 2019, p. 127).

São redes que vêm estruturando novos mecanismos de governança e produzindo novos modos de sociabilidade. Diante disso, as demandas por reformas educacionais e melhoria da educação se traduzem em oportunidades de negócios para as organizações de serviços educacionais – a exemplo da Editora Moderna e Editora do Brasil, as quais fornecem materiais e serviços (obras didáticas e literárias, softwares, jogos educacionais, consultorias, treinamentos, materiais de formação, materiais destinados à gestão da escola, etc.) para a educação pública mediante contratos de aquisição firmados com o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD do Governo Federal – sobretudo quando as agências financiadas pelo Estado, de sustentação nacional e local, veem nas reformas uma oportunidade de ouro de capitalizar sobre o “desastre”. As organizações empresariais, por isso, “atuam como dispositivos de ligação, intérpretes de políticas operando entre o Estado e

as organizações do setor público - tornando as reformas sensatas e administráveis” (BALL, 2014, p. 157).

A Fundação Itaú Social, cuja mantem parcerias institucionais com a Fundação Lemann e a Fundação Roberto Marinho, atua, no âmbito do programa em análise, como financiadora da proposta. Outro agente social que desponta no cenário de mobilização do Programa (Re)Elaboração do Referenciais Curriculares em curso na Bahia é a Universidade Federal da Bahia. Tal instituição é responsável por promover a formação nos campos dos currículos e das ações formativas através do Grupo de Pesquisa FORMACCE em Aberto do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA, tendo como um de seus coordenadores o professor Dr<sup>o</sup>. Roberto Sidnei Alves Macedo, o qual integra a equipe de especialistas em currículo do Programa.

A presença exclusiva da UFBA nesse processo suscita algumas estranhezas e dúvidas. A instituição possui sede na cidade de Salvador e dois *campi*: o Instituto Multidisciplinar em Saúde (*Campus* Anísio Teixeira) localizado na cidade de Vitória da Conquista, e o *campus* de Camaçari que oferece o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência, Tecnologia e Inovação. A Faculdade de Educação - FAGED/UFBA que, nesse processo de mobilização da proposta em debate, vai servir como referencial próximo e formador no campo do currículo, está nucleada na cidade de Salvador. Isso permite pensar sobre um ponto muito importante no fazer educacional que é a proximidade com as realidades locais, o envolvimento mais estreito com as comunidades e suas vivências.

Isso não significa dizer que a FAGED/UFBA está alheia às realidades dos municípios baianos; mas por outro lado, tal protagonismo produz desconfianças. E isso remete a um questionamento: porque as universidades estaduais baianas estão fora desse processo? É importante situá-las porque elas têm consolidado a construção e ampliação de conhecimentos supostamente mais ajustados às realidades de suas regiões.

Assim sendo, e ao que tudo indica, as universidades estaduais baianas, possivelmente, melhor responderiam às necessidade e exigências sociais das populações locais (BOAVENTURA, 2009) sobretudo no que diz respeito à pretendida elaboração e reelaboração dos referenciais curriculares nos municípios. Isso se justifica no fato de que as faculdades de educação, bem como seus programas de pós-graduação, quiçá estão atentos à construção, ampliação, resignificação e qualificação de novos conhecimentos, de práticas e políticas educacionais alinhadas às vivências e contingências históricas locais.

Contudo, a proposta do Programa ressalta que a ação formativa conjunta precisa considerar as contextualizações e especificidades locais e territoriais. Nesse sentido, o DCRB/Currículo Bahia aponta para a necessidade de articulação com a BNCC, a qual está contemplada por uma parte diversificada que constitui um todo integrado através do Currículo Bahia, cuja sistematização deverá viabilizar a sintonia dos interesses mais abrangentes de formação básica dos indivíduos com a realidade local.

Assim, o DCRB/Currículo Bahia assinala que as supostas necessidades dos estudantes, as características regionais, sociais, culturais e econômicas perpassam todo o currículo, justificando desse modo a pretendida justiça social pela via do acolhimento da diferença (BAHIA, 2018). Desse modo, o Programa de (Re)Elaboração do Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos ressalta o foco no contexto local o qual comporá a parte diversificada do currículo. Isso significa que, ao deslocar a diferença e fixa-la em uma parte diversificada, no intuito de conceber uma educação para a diversidade (BAHIA, 2018), a diferença passa a ser traduzida como diversidade. É a diferença nomeada – de raça, gênero, sexualidade, religião, etnia, etc. – (MACEDO, 2015) a partir da visão homogênea colonial.

Na esteira desse tipo de compreensão, Macedo (2006a) ressalta que essa redução da diferença a um tipo de diversidade não contribui para uma educação que tenha uma razão de ser como projeto. E aponta para a necessidade “de uma negociação de sentidos entre as culturas particulares, uma negociação que será sempre política e que está na base dos processos democráticos” (MACEDO, 2006a, p. 347).

O currículo, por esse motivo, é espaço político de significação. É um campo polissêmico, heterogêneo e antagônico (BACKES, 2018) que produz significados. Se por um lado, numa concepção de poder linear, ele é concebido como ferramenta de governança, prescritiva e normatizadora, por outro, ele é espaço-tempo de fronteira, produção/prática cultural que envolve “a negociação de posições ambivalentes de controle e resistência”, lugar de enunciação. “O currículo é ele mesmo um híbrido, em que as culturas negociam com-a-diferença” (MACEDO 2006b, p. 105).

Nesse sentido, pode-se compreender a diferença cultural como um encadeamento de expressão da cultura, um curso de significação mediante o qual afirmações da cultura diversificam, diferenciam e consentem a construção de esferas de força, correspondência, aplicabilidade e tendências. Sob esse ponto de vista, a sistematização da diferença ocorre no processo contingencial de hibridização, fortalecendo, assim, a impossibilidade de plenitude do significado e definição absoluta da identidade dos indivíduos (BHABHA, 2003).

Na esteira desse raciocínio, a diferença é demanda desvinculada de binarismos e da ideia de oposição; *différance* que não é ele mesmo, tampouco o outro; aquilo que não é, mas que está sendo no devir-tempo do espaço e no devir-espaço do tempo (DERRIDA, 1991). Assim, o movimento de assimilação entre BNCC e DCRB/Currículo Bahia como subsídio para a (re)elaboração dos referenciais, os quais pretendem orientar os currículos no imprevisível chão da escola, com fins de constituir um todo integrado, “fixa os sentidos da cultura nas tradições de um passado e implica na submissão da diferença à diversidade” (MACEDO, 2006a, p. 349).

Cabe destacar que na arena de embates e negociações políticas, a diferença e tudo o que ela produz compromete a economização da vida social. E ao ser estabelecidas conexões entre diferenças socioculturais e aspectos socioeconômicos, “todo um conjunto de estratégias neoliberais, assentado na ideia da privação cultural, é naturalizado” (BRITO, 2018, p.1019), e as forças dessas estratégias atuam demonizando o social e o político, como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos; são as estratégias da nova ordem da governamentalidade neoliberal (BROWN, 2019).

A desregulamentação dos bens públicos, o discurso em torno de uma educação fracassada, etc., são fundamentos dessa nova ordem que reivindica a liberdade, a justiça, um modo de vida livre e de uma sociedade conectada à tradição. Uma tradição extraída do modelo de mercado atrelado à razão normativa “que estende métricas e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana” (BROWN, 2018, p. 15).

A coisa se desdobra da seguinte forma: a incapacidade divulgada extrai a centralidade do Estado como promovedor de direitos e políticas públicas. Nesse processo surgem as articulações políticas mobilizadas por setores da sociedade civil associados a interesses privados e mercantis, viabilizados pelas propostas de organismos internacionais como a OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, etc., os quais agem nas esferas pública e privada, estruturando interesses e “postulando-se como *cimento orgânico* entre esses diversos atores que, imbricados em redes de interesses mútuos, constituem a chamada governança” (PEREIRA, 2019, p. 124).

Não é por acaso que a OCDE, por exemplo, faz uso do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA. O interesse é averiguar as competências e habilidades dos estudantes e mensurar se os conteúdos úteis ao mercado de trabalho estão sendo distribuídos pelos sistemas de ensino de diversos países, com o intuito de apontar nichos de investimento

em nações que apresentam níveis de mão-de-obra capaz de contribuir nas esferas das demandas internacionais do capital (PEREIRA, 2019).

Quanto a isso, Ball (2014) adverte para o movimento de privatização do setor público, o qual não retira os serviços do controle público, mas age através de vendas de soluções políticas e de colaborações de vários tipos com o setor. E nesse seguimento, as políticas educacionais vão sendo privatizadas por empresas educacionais e de consultorias através da produção de textos e ideias para as políticas. Ou seja, é o deslocamento da função do Estado para fornecedores privados e agências financiadoras que atuam na “formação e disseminação de novos discursos políticos decorrentes da participação dessas empresas em reportar escritos, avaliações, assessorias, consultorias e recomendações” (BALL, 2014, p. 162).

Nessa lógica, e tendo como principal financiador a Fundação Itaú Social, o qual integra uma rede de conglomerados composta por fundações e organizações empresariais que seguem influenciando nas políticas educacionais, o Programa de (Re)Elaboração do Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos se torna canal pelo qual representantes do setor privado operam dentro do governo e se tornam parte da comunidade de elaboração de política, oferecendo a possibilidade de melhoria.

Tendo como referência o DCRB/Currículo Bahia, o qual está alinhado à proposta normativa da BNCC, o Programa está sendo usado como mecanismo de implementação da Base Nacional Comum Curricular que, não obstante é produto das articulações políticas as quais operam em rede para estabelecer e hegemonizar um currículo nacional que supõe ser capaz, no imaginário neoliberal, de garantir a qualidade da educação.

O Programa de (Re)Elaboração do Referenciais Curriculares em curso na Bahia se configura, desse modo, como prática de governança neoliberal que “monitora a dispersão de poderes organizados em todo o ordenamento social, poderes que conduzem e não apenas restringem.” (BROWN, 2018, p. 16). E que seguem transformando sujeitos em atores de mercado, sujeitos auto-responsáveis, governados por coleções de máximas normativas, integrados aos imperativos do capital, submetidos à prática despolitizante da governança, administrados pelo regime da responsabilização e reorientados pela ordem neoliberal, através do qual sua conduta é mensurada.

Nesse ínterim, a formulação de políticas que tentam estabelecer unicidade/consenso em espaços permeados por disformidades e dissensos tem como objetivo controlar a imprevisibilidade iminente das diferenças, sempre fluidas. Essa tentativa de

controle ocorre por força das investidas políticas de economização da vida, como dispositivo de controle e regulação, como biopolítica<sup>9</sup>. A formação da biopolítica conforma-se ao “Estado governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 488) cujo alvo principal do poder é a população, “por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

## NA IMPOSSIBILIDADE DE CONCLUIR

As políticas públicas de educação no Brasil se tornaram alvos de disputas de diversos segmentos sociais com fins de hegemonia e fixação de sentidos. Como exemplo, citei a BNCC enquanto produto de disputas desses segmentos que, com demandas distintas, se esforçam por fixar um sentido de currículo propenso a atender às necessidades do mercado sob a égide da governamentalidade e normatividade neoliberal.

Nesse sentido, o Programa de (Re)Elaboração do Referencias Curriculares nos Municípios Baianos fundamentado nas DCRB/Currículo Bahia, e estas tendo como Parâmetro obrigatório a Base, é produto de articulações políticas que tentam fixar sentidos para o currículo baiano. As fundações, organizações empresarias, movimentos educacionais, etc., mediante discurso de que a educação brasileira está “fracassada”, tentam naturalizar que o setor privado é a saída para a eficiência, igualdade e melhoria da educação que os municípios precisam para ter êxito nas avaliações nacionais e internacionais.

Por essa razão, o Programa em curso na Bahia é instrumento de implementação da Base com vistas a consolidar um projeto de hegemonização curricular nacional que pretende ser a saída, no imaginário neoliberal, para assegurar a qualidade da educação, igualdade e justiça social. Dessa forma, a governamentalidade neoliberal, por meio dessas políticas, segue conduzindo condutas e produzindo sujeitos normatizados, auto-responsáveis, e que atendam ao capital, num movimento que reivindica o *homo economicus* em detrimento do *homo politicus*. Nesse ínterim, um currículo que atende ao capital e trata o todos como “um”, pretende controlar a imprevisibilidade da diferença e suas diversas formas de existir. Contudo, não consegue evitar que os sentidos que ele quer excluir, emerjam (MACEDO, 2017).

---

<sup>9</sup> O termo biopolítica surge a partir do deslocamento teórico que Foucault empreende: da teoria do controle disciplinar dos corpos para a regulação das populações, em que as táticas de disciplina se vinculam aos instrumentos de regulação. A biopolítica, desse modo, é caracterizada como um tipo de poder e de governo sobre as populações com o objetivo de conter tanto o corpo-organismo como o corpo-espécie da população. O foco do poder é a vida como um todo, e a biopolítica é por essa razão a gestão da própria vida (CARVALHO, SILVA, DELBONI, 2017).

## REFERÊNCIAS

BACKES, J. L. A construção de um currículo intercultural nas escolas indígenas: um processo interepistêmico e decolonial. In:----- . **Currículo e diferença: afetações em movimento**. Organização Claudia Tomé e Elizabeth Macedo. Curitiba: CRV, 2018.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BAHIA. **Lei nº 13.214**, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. Disponibilidade em: <  
<http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/LEGISLACAO/Lei-13.214-de-29-de-dezembro-2014-Politica-Territorial.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia, Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Conselho Estadual aprova Currículo Referencial da Bahia para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Salvador, ago. 2019a. Disponibilidade em: <  
<http://www.ba.gov.br/noticias/conselho-estadual-aprova-curriculo-referencial-da-bahia-para-educacao-infantil-e-o-ensino>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 21 de dezembro de 2019b - Ano CIV - Nº 22. 810.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador : EDUFBA, 2009.

BRITO, E. P. P. E. O currículo do ensino médio baiano: entre a formação integral e a valorização das diferenças. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 1003-1024, set./dez. 2018.

BROWN, W. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Dinamarca: Zazie Eduções, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARVALHO, J. M.; SILVA, S. K. da; DELBONI, T. M. Z. G. F.. A base nacional comum curricular e a produção biopolítica da educação como formação de “capital humano”. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.15, n.2, p.481-503, abr./jun. 2017.

DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**: Curso dado no Colégio de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GEWIRTZ, S.; BALL, S. J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In:-----, **Políticas educacionais**. Organização Stephen Ball e Jefferson Mainardes. São Paulo: Cortez, 2011.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MACEDO, E. Por uma política da diferença. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, maio/ago. 2006a.

\_\_\_\_\_. Currículo: Política, Cultura e Poder. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, pp.98-113, jul./dez., 2006b.

\_\_\_\_\_. Como a diferença passa do centro à margem nos currículos: o exemplo dos pcn. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 87-109, jan./abr., 2009.

\_\_\_\_\_. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p.1530 - 1555 out./dez., 2014.

\_\_\_\_\_. Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015.

\_\_\_\_\_. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educ. Soc.** Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr./jun., 2017.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. A governamentalidade nos cursos do professor Foucault. In: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Foucault: filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PEREIRA, R. da S. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia - Brasil, v. 15, n. 31, p. 123-146, jan./mar. 2019.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria-Geral da União, **Áreas de atuação (Funções) do Governo: Educação** [on-line]. Disponibilidade em: < <http://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SOUZA, T. G. de; MOREIRA, J. A. da S. Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 39, p. 421-449, abr./jun. 2020.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais DE Educação. **O que é a Undime**. Brasília/ DF, 2015. Disponibilidade em: < <https://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

UNDIME/BAHIA - União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Programa de (Re)Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos**. Salvador, 2020.

### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

#### **João Paulo Lopes dos Santos**

Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ - Brasil;  
Programa de Pós-graduação em Educação/ProPEd; Grupo de Pesquisa Currículo, Cultura e  
Diferença; Bolsista de doutorado - FAPERJ. E-mail: [jpaulouerj@gmail.com](mailto:jpaulouerj@gmail.com)